

# **LEI Nº 874**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA OPERACIONAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PRO-FDM E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao programa Operacional o Fundo de Desenvolvimento Municipal do estado de santa Catarina – PRO-FDM, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de estado do desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e com a interveniência do BADESC – AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A.

Art 2º - A adesão ao PRO-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município, para financiamento de obras de infraestrutura econômica e social, serviços públicos, máquinas e equipamentos, para adequação institucional da administração municipal na forma de seu regulamento.

Art 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos em obras, serviços máquinas, equipamentos e projetos de desenvolvimento institucional, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM, até o montante de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), para aquisição de caminhão coletor de lixo.

Parágrafo Único – Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes o ICMS e ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art 4º - Para dar continuidade ao PRO-FDM, o Poder Executivo consignará no Projeto de Lei Orçamentário dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art 5º -Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o município pagará em 36 meses, com 12 meses de carência, em (24 parcelas) encargos ao ano, de 50% da taxa de juros de longo prazo – TJLP, ou no caso de sua extinção, o indexador que substituir, sem contrapartida, conforme prevê a Lei 12.120/2002 – PROCIS.

Art 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 27 de junho de 2002

AILTON LAUDELINO ANDRADE  
Prefeito Municipal